

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

##### SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

##### SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE S

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE S

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE S

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

### SUPLENTE S

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE S

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE S

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE S

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

##### SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE S

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



### 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 203ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 24 de Outubro de 1973. (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados: Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Luiz Roberto Soares — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Antônio Costa — Emílio Carazzai — Ivo Rocha — Leopoldo Jacomel — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 39 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 226-73 Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 214-72, de autoria do Deputado Alvaro Dias, que declara de utilidade Pública, a Sociedade Esportiva Higienópolis, com sede e foro na Cidade de Londrina. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. EM REGIME DE URGENCIA. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 227-73.

Levanta-se a Sessão.

### 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura Ata da 204ª Sessão Ordinária Realizada em 24 de Outubro de 1973. (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados: Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Luiz Roberto Soares — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Antônio Costa — Emílio Carazzai — Ivo Rocha — Leopoldo Jacomel — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

#### MESSAGE

94-73

Curitiba, 19 de outubro de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo ou a dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou pelos seus órgãos da Administração Direta ou Indireta inclusive pelos Bancos, ou Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, com o Banco Nacional da Habitação (BNH), até o montante de 2.650.000 UPCs (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil Unidades Padrão de Capital) do BNH, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 206.355.500,00 (duzentos e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros) destinados à aplicação em programas e projetos aprovados pelo mesmo Banco e que atendam a uma ou mais das seguintes finalidades:

I — Realização de obras de infra-estrutura de equipamentos comunitários nos conjuntos habitacionais existentes e nos que venham a ser construídos no Estado do Paraná, pelos Agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), especialmente a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR)

II — Ampliação da oferta da habitação de interesse social, mediante a construção de unidades habitacionais ou outras formas previstas no Sistema Financeiro da Habitação, inclusive quanto à aquisição de terrenos

III — Contratação ou execução de obras e serviços que permitam atender à demanda habitacional, na faixa de interesse social, ou melhorar as condições de habitabilidade dos conjuntos existentes.

As inclusas cópias autênticas dos Ofícios n.º 639-73, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e 735-73, da Companhia de Habitação do Paraná, dizem, com o devido detalhamento, sobre a alta significação e oportunidade da medida legal ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos ou a dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou por seus órgãos da Administração Direta ou Indireta com o Banco Nacional da Habitação (BNH) até o montante de 2.650.000 UPCs (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil Unidades Padrão de Capital) do BNH e dá outras providências.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou a dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou pelos seus órgãos da Administração Direta ou Indireta inclusive pelos Bancos, ou Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, com o Banco Nacional da Habitação (BNH), até o montante de 2.650.000 UPCs (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil Unidades Padrão de Capital) do BNH, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 206.355.500,00 (duzentos e seis milhões trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros) destinados à aplicação em programas e projetos aprovados pelo mesmo Banco e que atendam a uma ou mais das seguintes finalidades:

I — Realização de obras de infra-estrutura, de equipamentos comunitários nos conjuntos habitacionais existentes e nos que venham a ser construídos no Estado do Paraná, pelos Agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) especialmente a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).

II — Ampliação da oferta da habitação de interesse social, mediante a construção de unidades habitacionais ou outras formas previstas no Sistema Financeiro da Habitação, inclusive quanto à aquisição de terrenos.

III — Contratação ou execução de obras e serviços que permitam atender à demanda habitacional, na faixa de interesse social, ou melhorar as condições de habitabilidade dos conjuntos existentes.

Art. 2.º — Os empréstimos de que trata o artigo anterior subordinar-se-ão às condições e aos prazos constantes das normas operacionais do Banco Nacional da Habitação (BNH), inclusive quanto à incidência da correção monetária.

Art. 3.º — As operações de crédito previstas nesta lei poderão ser contratadas pelo Governo do Estado, ou pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta Estadual inclusive pelos Bancos, ou Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, ficando o Poder Executivo autorizado a garanti-las mediante a vinculação de qualquer item da sua receita orçamentária.

§ 1.º — Para efetivação da garantia de que trata este artigo o Poder Executivo fica autorizado a outorgar ao Banco Nacional da Habitação (BNH) através de mandato nos próprios instrumentos contratuais, os poderes bastantes para que as garantias sejam prontamente exequíveis, no caso de inadimplemento.

§ 2.º — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), na hipótese do Governo do Estado ou da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), ou dos órgãos da Administração Direta ou Indireta Estadual não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimo assinados.

Art. 4.º — Os contratos e convênios relacionados com os empréstimos e garantias de que trata esta lei, bem como seus aditivos, poderão ser firmados pelo Governo do Estado, ou pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta Estadual, inclusive pelos Bancos e Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, mediante intervenção do Governo do Estado, que poderá ser representado através da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 5.º — A execução do disposto nos artigos anteriores poderá efetivar-se em uma ou mais operações, e em qualquer data, até que seja atingido o montante fixado no artigo primeiro.

Art. 6.º — Para os empréstimos realizados diretamente pelo Governo do Estado, o Poder Executivo fará incluir nas propostas orçamentárias anuais, inclusive as relativas ao Orçamento Plurianual de Investimentos, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras do Estado, decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA  
Gabinete do Secretário

Of. N.º 639-73

Curitiba, 19 de outubro de 1973.

Senhor Governador.

Temos a satisfação de encaminhar à elevada apreciação de Vossa Excelência, minuta de Anteprojeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos, dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) ou por seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, inclusive pelos Bancos ou Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, com o Banco Nacional de Habitação (BNH) até o montante de 2.650.000 UPCs (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil



Unidades Padrão de Capital) do BNH, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 206.355.500,00 (duzentos e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos cruzeiros).

Trata-se de medida de elevadíssimo alcance social, conforme poderá Vossa Excelência inferir da justificativa elaborada pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), anexa ao incluso ofício n.º 735/DP, daquela empresa.

Nesta oportunidade apresentamos a Vossa Excelência protestos de elevada estima e real consideração.

MAURICIO SCHULMAN  
Secretário da Fazenda

Exceentíssimo Senhor  
Doutor EMÍLIO GOMES  
Digníssimo Governador do Estado do Paraná  
N/ Capital

COHAPAR — COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ  
Curitiba, 12 de outubro de 1973  
Ofício N.º 735/DP/73

Exmo. Sr.  
MD. SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

ASSUNTO REMESSA DE MINUTA DE LEI E JUSTIFICATIVA  
Senhor Secretário:

Com o presente temos a satisfação de encaminhar a V. Excia., minuta de Lei que autorizará o Poder Executivo a assumir obrigações perante o Banco Nacional da Habitação e seus Agentes, bem como justificativa.

Aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de nossa alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente  
GERHARD LEO LINZMEYER  
Diretor Presidente

ANEXO: Lei e Justificativa  
Exmo. Sr.  
Dr. MAURICIO SCHULMAN  
MD. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda  
Secretaria da Fazenda  
N/ Capital

#### JUSTIFICATIVA

Ao observarmos os gráficos estatísticos referentes à evolução demográfica no Brasil, constatamos com assombro, o vertiginoso crescimento populacional e com fundadas preocupações tomamos conhecimento do crescente exodo das populações rurais. A par do extraordinário crescimento vegetativo da população urbana, o fluxo migratório dos campos para as cidades faz aumentar, no governo, o temor pelas consequências desse movimento. Os quadros estatísticos estimam em 1.300.000 (hum milhão e trezentos mil) o volume anual desse fluxo migratório. Esses dois fatores associados, concederão ao Brasil nos próximos dez anos a mais elevada taxa de crescimento demográfico do mundo ocidental: 2,7 milhões de habitantes por ano. A isto, podemos acrescentar a notável atração que o Brasil vem exercendo no exterior, em função do seu extraordinário desenvolvimento nesta década. Em 1980 nossa população urbana deverá ser de aproximadamente 80 milhões de pessoas, superior à população total da maioria dos países europeus.

É importante salientar o esforço governamental no sentido de, encarando tão incontrolável crescimento, investir científica, técnica e financeiramente, de maneira maciça, buscando equacionar o problema e evitar o prosseguimento das aglomerações faveladas nos meios urbanos, como verdadeiros quistos sociais, eliminando dessa forma o déficit habitacional e, consequentemente, a insegurança resultante desse desequilíbrio sócio-econômico.

O Paraná contribui, como célula nacional, com uma das mais elevadas taxas de crescimento populacional do país. E o que aqui se observa é a demonstração prática da grande lei aplicável tanto às ciências exatas como às ciências sociais: pelo conhecimento das partes chegaremos ao todo. Somente o bom senso, a técnica, o esforço econômico-financeiro e o trabalho laboratorial terão condições de atenuar ou eliminar paulatinamente o problema que se nos apresenta. Esse problema é dinâmico e as soluções devem ser opostas, dinâmicas e corajosas. Cabe-nos aproveitar as potencialidades compatíveis com o problema que vivemos, pois só assim os opostos criarão uma terceira condição que trará como resultante a harmonia social. Temos o privilégio de receber em minúcias o resultado dos estudos permanentes dos técnicos afeitos à evolução do problema habitacional. Dispomos de todos os elementos necessários para acionar o nosso trabalho. Sentimos a inconstitida necessidade de contribuir com a nossa parcela de participação, resolvendo, o grande problema com que nos defrontamos. Acalentamos o desejo irrepresível de continuar mostrando ao Brasil que o Paraná sabe encontrar, pelo trabalho profícuo, as soluções adequadas para as questões aflitivas do seu povo. Soluções humanas e racionais.

No campo da habitação, o Paraná tem participado do esforço nacional e colhido experiências que têm contribuído para o aperfeiçoamento das soluções. Não seria sensato aceitar de forma passiva, o crescimento urbano vertiginoso. É preciso, portanto, trabalharmos desde já. A única opção válida consiste em comandar e orientar o processo desencadeado, no sentido de transformar o crescimento desordenado em pleno desenvolvimento urbano.

As possibilidades que o Banco Nacional da Habitação nos coloca à disposição são em linhas gerais:

- Financiamento de conjuntos habitacionais para famílias com rendimentos entre um e três salários mínimos;
- Financiamento da infra-estrutura dos conjuntos habitacionais representando a pavimentação das ruas dos núcleos inclusive os acessos, proteção à erosão e outros benefícios;
- Financiamento de equipamentos comunitários em núcleos habitacionais visando prover os moradores das condições essenciais para o desenvolvimento cultural, educacional, recreativo e relacionamento social.

Em termos de aplicação representa:

4.500 residências no 1.º ano	Cr\$ 72.900.000,00	—	936.175,68	UPC.
2.500 residências para início do 2.º ano	Cr\$ 40.500.000,00	—	520.097,59	UPC.
Pavimentação	Cr\$ 32.902.100,00	—	422.526,00	UPC.
Núcleos Comunitários	Cr\$ 15.000.000,00	—	192.628,74	UPC.
Complementação da infra-estrutura	Cr\$ 45.000.000,00	—	577.886,22	UPC.

TOTAL Cr\$ 206.302.100,00 — 2.649.314,23 UPC.

A aplicação financeira para a execução desse programa, será procedida com a liberação de recursos do Banco Nacional da Habitação da ordem de Cr\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de cruzeiros) que corresponde a 2.650.000 (dois milhões e seiscentos e cinquenta mil) Unidades Padrão de

Capital. Esses valores serão repassados através da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, que os aplicará nos municípios previamente pesquisados, de acordo com as normas do Plano Nacional de Habitação.

Para a consecução desse empréstimo o Estado deverá concorrer com as garantias exigidas pelo Banco Nacional da Habitação, nos termos da minuta de Anteprojeto de lei anexo, que submetemos à elevada apreciação de V. Excia.

A Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 297 e 298-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

82-73: Do Senhor Deputado Borsari Neto, que autoriza o Poder Executivo doar aos Municípios de Amaporã, Joaquim Távora e Antonina, tratores pertencentes a Secretaria de Agricultura como específica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.465. — Agradeça-se.

114-73 — Do Senhor Deputado Borsari Neto, que autoriza o Poder Executivo, doar ao Município de Santo Antonio da Platina, os tratores que específica, pertencentes a Secretaria de Agricultura, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.464. — Agradeça-se.

Sob os n.ºs 295 e 296-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei n.ºs:

13-73: — Do Senhor Deputado Mauricio Fruet, que visa criar um Ginásio Estadual para funcionar no período noturno, anexo ao Grupo Escolar João Loyola, no Bairro do Pinheirinho, a partir do ano letivo de 1973. — A C.C.J.

288-71: — Do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que visa autorizar o Poder Executivo a conceder aos alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, localizados no Estado, cujo pai funcionário civil ou militar, venha a falecer, uma bolsa de estudo responsável no prazo máximo de 15 (quinze) anos, contados da graduação no respectivo curso, no valor correspondente às anuidades cobradas pelo estabelecimento. — A C.C.J.

#### REQUERIMENTOS:

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer

A inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Manoel Ferreira Marques, ocorrido em data de ontem, no Município de Bela Vista do Paraíso.

O extinto deixa filhos genros e netos.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Avenida Independência, 413 em Bela Vista do Paraíso.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

(a) — Fuad Nacli

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições, ouvido o Plenário, seja dirigido sentido de respeitoso apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Afonso Alves de Camargo Neto, no sentido de estudar a viabilidade da pronta instalação de Agências Pioneiras do modelar estabelecimento de crédito nas seguintes localidades, atendendo a expressão econômica das mesmas e, como tal, a segura compensação da presença do BANESESTADO nelas:

CATANDUVAS: — Sede do Município do mesmo nome.

MIRASELVA: — Sede do Município do mesmo nome

Distrito Judiciário de CAFELÂNDIA DO OESTE: — Município e Comarca de Cascavel.

DISTRITO DE VERA CRUZ DO OESTE: — Município de Céu Azul.

DISTRITO DE TRÊS BARRAS: — Município de Catanduvas.

DISTRITO DE SANTA TEREZA: — Município de Cascavel.

DISTRITO DE IV CENTENÁRIO: — Município de Goioerê.

#### NOVAS AGENCIAS:

NOVA AURORA: — Sede do Município do mesmo nome.

CORBÉLIA: — Sede do Município do mesmo nome.

CEU AZUL: — Sede do Município do mesmo nome.

JUSTIFICATIVA: As sedes municipais e os Distritos supra apontados são inequivocamente detentores de altos e entusiasmadores índices de progresso, o que faz com que estejam à altura da iniciativa sugerida, fiadores de uma contínua e satisfatória movimentação de negócios através as pretendidas Agências Pioneiras e Novas Agências, sadia e oportuna iniciativa do Banco Central anexada a este Requerimento em publicação da "Gazeta Mercantil", de 17 do corrente, dando condições ao nosso maior Banco Oficial de pleitear a instalação das agências, que ora tomo a liberdade de sugerir, objetivando tão somente a preservação dos nossos mais respeitáveis interesses dentro da economia paranaense.

Tenha-se como elemento ilustrativo da justeza da concretização desta aspiração, o fato de que as produções de soja e trigo nas localidades focalizadas, ultrapassam os estreitos limites de um mero ensaio agrícola para evidenciar uma extensão que surpreende a toda a nação merce os resultados que a presente safra oferecerá, indicando o Paraná, como produtor destacado dessas riquezas.

O Banco do Estado do Paraná S/A. se afirma, a cada dia vencido, como espelho de descortínio dos nossos magnos problemas agrícolas, comerciais e industriais, formando como poderosa vanguarda de acudimento aos mesmos, como sentinela avançada do permanente estímulo ao trabalho construtivo de nossa gente. Por isso mesmo, a nossa confiança de que a alta visão que preside as fecundas atividades de seus responsáveis permitirá o assentimento ao assunto neste proposto demonstrando desta feita mais alto o seu desvelo pela sorte da economia paranaense, acorrendo liberalmente à solução de racamos inspirados pelo desejo de bem servi-la, correspondendo à confiança dos que sabem construir, nos campos, a grandiosidade de nosso Estado, sua identificação nas lutas em prol dos elevados propósitos de associar-se à plasmção patriótica do BRASIL GRANDE.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1973

(a) — Fuad Nacli

##### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais dos Trabalhos desta Casa, em seu inteiro teor, o artigo do jornalista Anibal de Padua Rocha, publicado no jornal "Diário do Paraná" do dia 23/10 p.p., sob o título "TODA A VERDADE SOBRE A CAMPANHA DE COMBATE À FERRUGEM NO PARANÁ", coluna enfoque.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1973

(a) — Ivo Thomazoni



## Requerimento

Senhor Presidente:

O BANCO DO BRASIL S.A. faz instalar, hoje, em Londrina, o SISTEMA INTEGRADO DE COMPENSAÇÃO DE CHEQUES E OUTROS PAPEIS, segundo lhe faculta o art. 16, do Regulamento instituído pelo Banco Central do Brasil.

O Sistema abrangerá inicialmente, as praças de Apucarana, Araçongas, Assaí, Astorga, Bandeirantes, Cambé, Cornélio Procopio, Florestópolis, Ipirorã, Jaguapitã, Jataizinho, Porecatu, Rolândia, Sabáudia, Santa Mariana, São Martinho, Sertãozinho e Uraí, podendo atingir outras cidades do Estado, futuramente, quando aconselhável a integração deles com as demais praças.

Farão parte do Sistema Integrado todos os bancos participantes do Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis em Londrina.

O transporte dos documentos será feito através de malotes especiais, pelo Serviço de Correspondência Agrupada — SERCA, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, contratado exclusivamente para este fim, pelo Sindicato dos Bancos do Estado do Paraná.

O fato é merecedor de registro especial por esta Casa, pois representa a evolução de um Sistema bancário que busca na integração regional o aperfeiçoamento de seus serviços de compensação de cheques e outros papéis; cercando a sua circulação de maior segurança e dando-lhe ainda maior seriedade. É o direito que evolui, fazendo evoluir, consequentemente, a Sociedade e, em especial, as instituições financeiras e comerciais que lhe são afetas.

Nada mais oportuna, pois que a manifestação desta Assembléia sobre o assunto que é de real transcendência. E que essa manifestação traduza-se num voto de aplauso e regozijo pela instalação em Londrina do mencionado Sistema Integrado de Compensação de Cheques, com aprovação do Plenário desta Casa. É o que se requer.

Discutida e uma vez aprovada a matéria, pede que da mesma sejam, com as homenagens de estilo, cientificadas a Presidência do Banco do Brasil S.A., a sua Gerência em Londrina, a Delegacia Regional do Banco Central do Brasil, o Sindicato dos Bancos do Estado do Paraná, bem assim, as Prefeituras Municipais e Câmaras de Vereadores dos Municípios que integram o aludido Sistema, nas pessoas de seus respectivos prefeitos municipais e presidentes.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1973

(a) — Muggiati Filho

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Encontrando-se na Assembléia Legislativa o Conselheiro Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas, que, a convite da Assembléia Legislativa, fará hoje uma exposição aos Srs. Deputados sobre os trabalhos que aquela Corte vem desenvolvendo em todo o Estado do Paraná.

Esta Presidência designa uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni, Iris Caldart, Mauricio Fruct e Antonio Lopes Júnior, para introduzirem o Sr. Presidente do Tribunal de Contas até este Plenário.

(É introduzido ao Plenário o Sr. Rafael Iatauro).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência manifesta sua satisfação com a presença, neste Plenário, do Conselheiro Rafael Iatauro, Presidente do Tribunal de Contas de nosso Estado, que, aquiescendo o convite feito por esta Casa, aqui comparece, hoje, para, numa exposição, dizer aos Srs. Deputados daquilo que o Tribunal de Contas vem fazendo em todo o Estado do Paraná em favor de nossas Prefeituras, no esclarecimento aos Srs. Prefeitos Municipais.

Já tivemos oportunidade de ressaltar, em diversas oportunidades, em diversas localidades de nosso Estado, porque entendemos que esse trabalho que vem sendo realizado pelo Tribunal de Contas, tem uma importância muito significativa para a vida de todas as Prefeituras, especialmente Prefeitos Municipais, companheiros nossos, que, muitas vezes, por falta de esclarecimento, por falta de orientação, se vêm envolvidos na sua prestação de contas, criando problemas sérios, não só de ordem pessoal, como de ordem administrativa, razão porque, a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa manifesta sua satisfação neste instante, por esse gesto do Tribunal de Contas, tão bem representado pelo seu Presidente Dr. Rafael Iatauro.

Esclareço aos Srs. Deputados que o Presidente do Tribunal de Contas, durante a exposição que fará aqui neste Plenário, está à disposição de qualquer um dos Deputados, para responder a qualquer consulta que houverem por bem fazer ao Presidente do Tribunal de Contas.

Nestas condições, tenho a grata satisfação de conceder a palavra ao Dr. Rafael Iatauro.

O SR. RAFAEL IATAURO — Não sei se quebro ou não o protocolo, falando da Tribuna, mas tenho a impressão de que é o lugar mais certo de se dirigir, quando se presta contas ao povo de nossa terra, porque é exatamente daqui que falam os Srs. Deputados, que são os representantes deste mesmo povo.

Sr. Deputado João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná. Creia V. Exa. que o destino nos tem reservado algumas decepções, mas elas são tão pequenas ao lado das grandes satisfações que ele também nos tem proporcionado.

Com 7 anos de Tribunal de Contas, nos 28 anos da existência daquele órgão, duas vezes o Tribunal de Contas vem a esta Assembléia, falar de duas formas diferentes. E quis o destino reservar a este Conselheiro as duas ocasiões. A primeira, quando V. Exa. também ocupava a Presidência desta Casa e quando fazíamos uma Sessão, numa homenagem póstuma ao grande brasileiro, eminente Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Hoje, como Presidente do Tribunal de Contas, estou aqui a convite dos Srs. Deputados.

Digo com grande satisfação, que mesmo que não fosse convite, que fosse uma convocação, atenderíamos, como devemos atender a chamada dos Deputados, porque a própria Constituição do Estado diz em um de seus artigos que o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo. Além do mais, todos nós que temos uma parcela de responsabilidade na condução dos destinos de nosso Estado ou de nosso País, temos obrigação, como homens públicos, de prestar contas de nossos atos, sempre que chamados a isso formos.

Permita-me, Sr. Deputado João Mansur, V. Exa. que além de amigo, tem sido um dos maiores defensores intransigente dos altos interesses de nosso povo, por isto mesmo sendo, sem dúvida alguma, hoje, um dos grandes líderes deste Estado, permita V. Exa. que, de início, faça uma saudação à Bancada da Imprensa, porque foi nessa mesma Bancada que comecei a frequentar os bastidores do Poder Legislativo ainda, na época do velho, mas sempre saudoso Palácio da Av. Barão do Rio Branco onde, hoje, se encontra instalada a Câmara Municipal; que faça uma saudação aos Srs. Deputados da Aliança Renovadora Nacional; e que faça um agradecimento especial ao ilustre Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Mauricio Fruct, meu companheiro de infância, meu amigo de lides radiofônicas e jornalísticas, a quem devo a honra de estar hoje, com toda a humildade, diante de todos os Depu-

tados, todos nossos amigos e todos homens cômicos e responsáveis, cada um dentro do seu setor.

É uma honra comparecer, Srs. Deputados, representando o Tribunal de Contas, a esta Casa. O órgão de contas do Estado, dentro de suas atribuições constitucionais, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, tem desenvolvido os maiores esforços no sentido de dar efetivo e racional cumprimento a todos os ditames constitucionais, exercendo a fiscalização financeira e orçamentária de acordo com o mandamento da Constituição.

(Lendo): "Desde a sua criação, em 1947, esse instituto fiscalizador experimentou uma notável transformação, como decorrência natural da própria evolução da dinâmica da execução orçamentária do Estado.

Os textos constitucionais, em nosso País, sempre procuraram reforçar e confirmar a participação atuante e eficaz do Tribunal de Contas, porque o legislador, desde o limiar republicano, sempre viu nesse órgão um guardião sereno, independente, apolítico e necessário para o acompanhamento da receita e despesa governamentais".

A propósito convém recordar as palavras do Cel. Serzedelo Correia que diz, ao referir-se ao Tribunal de Contas: "Os órgãos controladores das contas seriam os maiores obstáculos aos administradores desonestos e constituiriam a maior segurança e a maior garantia para os governadores honestos".

"Ao longo de sua trajetória histórica, a Corte de Contas do Paraná não tem medido esforços no sentido de honrar suas importantes atribuições, paralelamente a uma contribuição saliente no processo administrativo estadual.

A ação fiscalizadora do Tribunal de Contas, além de definitivamente consagrada, é parcela de alta magnitude no panorama do desenvolvimento regional.

O Poder Público, não só em virtude da multiplicação das necessidades da coletividade, como também em razão da expansão desenvolvimentista de nosso Estado, conseguiu um aumento numérico extraordinário em seu documento orçamentário, o que exigiu, concomitantemente, uma radical transformação nos serviços de nossa Corte de Contas.

Hoje, o Tribunal de Contas é um órgão atuante e integrado nas atividades públicas. Muito antes de entrar a dinâmica administrativa, procura colaborar com ela, sob todas as formas possíveis. Na conceituação do ilustre Presidente Emilio Garrastazu Médici, os Tribunais de Contas se constituem instrumento hábil da Revolução para executar o jogo da verdade, e, é a isto que nós do Tribunal de Contas nos propomos.

Desta maneira, Srs. Deputados, sensível ao papel do Tribunal de Contas na vida pública paranaense, com uma equipe impulsionando o seu potencial administrativo, e inserindo no contexto da plataforma de ação, no presente exercício, metas que já estão praticamente concretizadas.

Evidentemente que não vim a esta Casa para falar de leis, seria uma incongruência, pois, sou hospede de uma Casa de Leis, de uma Casa que faz as Leis; vim, para falar sobre as atividades do Tribunal de Contas; a atividade do órgão fiscalizador que é bom que se diga com toda humildade, não se constitui em nenhum poder — é um órgão, como já disse, que tem atribuições judicantes em alguns setores da sua atividade, mas se constitui em órgão auxiliar do Poder Legislativo e órgão auxiliar do Poder Legislativo Municipal, também. E no dizer de Ruy Barbosa, um Organismo que deve existir entre aqueles que autorizam a despesa e aqueles que a realiza".

Assim, permitam os Srs. Deputados que eu faça algumas considerações a respeito do que pensam os homens que estão no Tribunal de Contas, não só o seu Presidente, mas, os seus Conselheiros, os Auditores, os Procuradores e o Corpo de Funcionários, sem a ajuda dos quais jamais poderíamos estar falando aos Senhores, a respeito dessas atividades.

Entendemos, especialmente no campo específico do exame das contas municipais, que o que estava faltando realmente aos Srs. Prefeitos — e ninguém melhor do que os Srs. Deputados para disto serem testemunhas — é uma orientação mais eficaz e mais precisa. Ainda há 7 dias, ou menos disso, atrás, quando realizávamos a VII Auditoria no Interior do Estado, na cidade de Paranavai, o ilustre Prefeito daquela cidade e ex-Deputado, Benedito Pinto Dias, enumerava mais um tópico que não estava dentro das palestras que fazíamos a respeito dessa orientação.

Dizia ele, que também as distâncias e as dificuldades de comunicações às vezes atrapalham a chegada das próprias Leis, aos Municípios e, os Prefeitos às vezes tomam conhecimento de determinadas normas legislativas somente depois de as terem contrariado. Orientar antes de punir foi a filosofia que o Tribunal de Contas adotou, por entender que as Leis para a União, para o Estado e para os Municípios praticamente são as mesmas, mas que as dificuldades e as disponibilidades inclusive de pessoal técnico, não são as mesmas nesses três campos de atividades públicas; entendeu o Tribunal de Contas que deveria sair da sua sede, deixar sua posição cômoda apenas de esperar que as contas viessem até aquela Casa, que tem a incumbência de emitir pareceres próprios, e ir ao encontro dos Prefeitos levando-lhes uma orientação. Evidentemente que não está, como não estaria, o Tribunal de Contas abdicando da sua condição de julgador! Entendemos que antes disso e mais do que isso, está se capacitando moralmente a melhor atender essas contas.

Tinha dito e gostaria de repetir: — O melhor professor é aquele que ensina bem os seus alunos; mais ainda, aquele que pode com tranquilidade corrigir as contas dos seus alunos. Também esta é a posição do Tribunal de Contas — orientar e não punir, sem sair da sua condição de órgão julgador.

Realizamos, e vejamos os Senhores o resultado disso, um Seminário, em convênio com a Fundação dos Municípios do Paraná, já no início deste ano, nos dias 12 e 13 de março nesta Capital contando com quase todos os Prefeitos através dos seus representantes, para alertar a necessidade do cumprimento do Dispositivo Constitucional, que determina que as contas dos Municípios devam dar entrada no Tribunal de Contas até 31 de março.

Durante quatro dias, num debate com os técnicos do Tribunal de Contas, nós ensinando e nós com eles também aprendendo, trocando idéias, trocando experiências, fizemos com que apenas 15 Prefeituras deixassem de apresentar no prazo constitucional, as suas contas. E alertados por nós, em poucas horas, estas Prefeituras também enviaram a sua prestação de contas. Isto, constitui 153 Prefeituras que no ano passado deixaram de cumprir este dispositivo constitucional.

Criamos de início, uma assessoria especial, exclusivamente para dar atendimento aos Prefeitos e aos técnicos municipais, porque entendemos, no espaço de tempo que a Constituição nos atribui, a emissão de pareceres prévios às contas das Prefeituras, sentimos neste período, as dificuldades que eles têm, porque vimos neste lapso que não chega a 2% o nosso dolo, na atuação dos Prefeitos quanto à aprovação das contas.

São eles evitados de irregularidades, são elas as prestações de contas cívicas de irregularidades e quase nunca de ilegalidade ou de imoralidade. Muitas vezes pelas dificuldades, como disse o ex-Deputado Pinto Dias, chegamos até a eles. Outras, pela falta de um conhecimento mais acurado na aplicação da Lei. Se a aplicação fosse perfeita, os advogados evidentemente, por desco-



nhecer a interpretação das Leis, dificultaram a elaboração das prestações de contas das Prefeituras Municipais. Eles foram apanhados de surpresa no exame das contas através dos órgãos que deveriam estar capacitados para o exame destas contas. Mas se eles foram apanhados de surpresa, precisamos ter a humildade de confessar, também vós em determinadas aplicações não estiveram suficientemente equipados para receber o volume grande de contas municipais. E isto com a experiência, com o correr do tempo é que estaremos aprimorando a nossa máquina administrativa para dar uma efetiva assistência aos Municípios. Porisso, instituímos aquilo que chamamos de Auditoria em Escola, que outra coisa não é se não levar aos Prefeitos Municipais, o apoio do Tribunal, na elaboração das contas.

As manifestações que temos tido no interior do Estado daqueles que conhecem esta auditoria, especialmente dos Prefeitos Municipais que nos incentivam cada vez mais, a levar avante o nosso trabalho. Já realizamos sete Auditorias Escolas e nestas auditorias apolíticas, como deve ser o Tribunal de Contas, não podendo seus membros, como determina a Constituição e o faz muito bem — “ser político ou exercer atividade político-partidária”. O Tribunal de Contas não tem olhado a que partido pertence o Prefeito Municipal. E estabeleceu um roteiro de atendimento às micro-regiões, através das Associações de Municípios. E assim é que já passamos estas 7 Associações nas cidades de Ponta Grossa; Sarito Antônio da Platina; Londrina; Umuarama; Paranaguá; Campo Mourão e Paranavai. E estamos com mais 6 já marcadas Para São Mateus do Sul. Todas elas em colaboração com as Associações respectivas dos Municípios. No dia 27 e 28 próximos. Cornélio Procopio; nos dias 3 e 4 de novembro; Francisco Beltrão, nos dias 10 e 11 de novembro; Cascavel, nos dias 17 e 18 de novembro; Maringá, nos dias 24 e 25 de novembro. E nos dias 1.º e 2.º de dezembro, realizaram uma reunião com os Prefeitos da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, que tem a antiga sede em Marumbi e segundo notícias, o próprio Presidente da Associação é o Prefeito de Marumbi. Veio solicitar ao Tribunal de Contas esta auditoria seja realizada em Apucarana; e somente será transferida esta auditoria para esta sede, por desejo do próprio Presidente da Associação de Municípios daquela Região.

A atividade que o Tribunal desenvolve, para aqueles que não acompanharam estas auditorias fora, nós lá, com a nossa equipe de técnicos, falamos sobre a execução orçamentária, abrangendo a parte tributária e os estágios da despesa. Analisamos os aspectos jurídicos da prestação de contas, a execução financeira. O controle patrimonial, as comparações das prestações de contas propriamente ditas; as normas legais de administração a classificação orçamentária, entre outras coisas.

Em alguns pontos os nossos técnicos não se prendem apenas na orientação da prestação de contas. Cito, como exemplo, um tópico de uma das dissertações feitas e que procuram mostrar ao Prefeito Municipal a importância que tem para a sua administração o aceleramento da máquina administrativa no que diz respeito à arrecadação. Procuram através de gráficos mostrar ao Prefeito do Município “X”, que a sua receita é proveniente, digamos de 80% fora do Município, de auxílios que não são próprios do Município; e 20% que vem da arrecadação própria do Município. E traça-se esta posição para mostrar ao Prefeito Municipal o colapso, em que pode cair, o dia em que deixar de vir estes 80%, ou parte dos 80% dos recursos externos. Então se procura incentivar também a arrecadação do Município e auxiliar na administração propriamente dita e não só na elaboração de sua prestação de contas.

Mas isto, Srs. Deputados, não seria uma auditoria punitiva; vejamos que chamamos a auditoria e não de auditoria; seria uma prevenção e não uma punição. E não seria completa se ficasse apenas nesta parte expositiva. Por isso constituímos turmas de estagiários no Tribunal de Contas. Contadores e Assessores Jurídicos que por ventura possuam os Municípios, que passam uma semana em regime de tempo integral, trabalhando no Tribunal de Contas. Ajudando inclusive na análise das prestações de contas porque só assim eles poderão trazer para nós, técnicos, as dificuldades que eles têm e compreender as dificuldades que nós temos também. Isto tem dado excelentes resultados. Realmente a maior prova disso é que o índice de julgamentos de contas caiu um pouco nos últimos 15 dias. exatamente porque os Prefeitos se conscientizaram de que devem responder os quesitos formulados pelo Tribunal de Contas, porque a resposta a esses quesitos quase sempre elimina as irregularidades que existem. E o que acontecia antes é que os Prefeitos, por temor, ou desconhecer, deixavam de responder aqueles quesitos, passava o prazo, e o Tribunal teria que emitir seu parecer de acordo com a regulamentação contida na Corte de Contas. E isto deu resultado, realmente, porque, hoje, os Prefeitos já começam a responder. Porque não se entende que Municípios quase vizinhos de Curitiba, constituindo quase de bairros de Curitiba, deixassem de responder os quesitos formulados pelo Tribunal de Contas. E é isso que temos procurado conscientizar os Prefeitos. Porque, ao Estado, não interessa a que partido político pertença o Prefeito. Há pouco ainda, numa sala desta Casa, um Deputado dizia-me da dificuldade de um Município do Paraná — que não vou citar o nome — junto ao Tribunal de Contas da União. exatamente porque esse Município não atendeu às diligências emanadas da Corte de Contas. E isso é importante: os Prefeitos devem procurar responder nossos quesitos. Porque, às vezes, com aquelas dificuldades que conhecemos no Interior do Estado, o Prefeito deixa de atender, muitas vezes até involuntariamente, pensando em não prejudicar seu antecessor. Mas, na verdade, o que estamos procurando conscientizar é que prejudicando, com essa atitude, seu próprio Município.

Até agora, mais de 150 funcionários estagiaram no Tribunal de Contas, 150 de Prefeituras e dois de Universidades do Interior que pediram inscrição. Mas isto vale dizer que esperamos ter a satisfação, de, em 73, darmos pareceres favoráveis às 289 Prefeituras Municipais e às 289 Câmaras Municipais. Temos, também, alertado às Câmaras de Vereadores que a função do Tribunal de Contas termina na missão de seu parecer prévio. Não cabe ao Tribunal entrar na área da decisão das Câmaras Municipais; como também não cabe intervir na decisão da Assembléia depois que o órgão estadual de Contas emite o parecer prévio sobre as contas do Governo do Estado; são órgãos soberanos e independentes para emitirem o parecer que bem entenderem. Temos também alertado que as irregularidades são, muitas vezes, oriundas de leis errôneas das próprias Câmaras Municipais. Então, quando não existe dolo, e quando existe boa fé, é evidente que o Prefeito não está obrigado a cumprir a Lei, porque, muitas delas, como já citamos, são até inconstitucionais.

Então, alertamos às Câmaras Municipais a importância que tem a análise do Parecer do Tribunal de Contas, que elas deverão aprovar, ou não, de acordo com normas constitucionais e legais que as regem.

Realizamos encontros de Integração Municipal, cantamos, nesses encontros com convidados do Governo do Estado, e em alguns deles tivemos

a satisfação e honra de ter ao nosso lado o então Governador interino João Mansur. E com a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, do Norte do Paraná, do litoral do Paraná e do Sul do Paraná, do Centro-Oeste do Paraná, da Associação dos Municípios de Entre Rios e Oeste do Paraná, realizamos também essas reuniões no Palácio do Governo, procurando, numa síntese apenas daquilo que se faz realmente no interior, quando se realiza a auditoria-escola.

Mas, Srs. Deputados, de nada adiantaria esse trabalho que é pedagógico que é preventivo, se o Tribunal de Contas continuasse na morosidade interna, me permito confessar, sem acelerar os julgamentos e emissão de pareceres prévios.

Por isso realmente traz dificuldades para os Municípios, dificuldades inúmeras. Temos, por exemplo: agora, nenhum dos Prefeitos que deve responder consultas ao Tribunal de Contas está nos postos e isso traz dificuldades evidentes. Procuramos acelerar. Só neste ano já emitimos, só neste ano até a presente data, 346 pareceres prévios nas contas municipais.

O Tribunal de Contas colocou em dia as contas de 69 terminas, se Deus quiser amanhã, as contas de 70 e já está com mais da metade das contas de 71 analisadas e pretende terminá-las este ano, até 31 de dezembro. Isso que é feito através da Diretoria competente, é um trabalho difícil, é um trabalho demorado, porque, às vezes, e quem não conhece as dificuldades não pode avaliar esse trabalho. As vezes essa Diretoria chega a examinar três vezes a prestação de contas. A chance se dá aos Prefeitos para que eles corrijam o que pode ser corrigido. A orientação é dada e a Diretoria de Contas Municipais, dentro de suas possibilidades humanas e das possibilidades dessas contas, para que possam ser permitidos os pareceres, a fim de que os Prefeitos não sejam prejudicados. Além do mais, uma das primeiras medidas, e mais do que ninguém os Srs. Deputados que são políticos, no bom sentido da palavra, sabem que isso deve ter sido uma medida importante, foi proibir, que através da assessoria do Tribunal de Contas, fossem divulgados pareceres contrários à aprovação das contas municipais.

É evidente que não poderemos, como nunca vamos poder proibir, que a imprensa compareça e faça seu trabalho e divulgue à sua maneira, mas como Presidente do órgão, podemos proibir, e o fizemos, que o Tribunal, pela sua assessoria, divulgasse os pareceres contrários à aprovação. Isso é muito simples, porque às vezes, por um erro técnico contábil, que ao Tribunal de Contas não cabe relevância, porque não é de sua competência, porque a lei não permite que ele releve, mas que a Câmara Municipal, que é órgão eminentemente político e que vai examinar sob esse ângulo, poderá examinar e aprovar essa prestação de contas. As vezes um pequeno erro perturba a vida da administração e causa uma celeuma e muitas vezes leva a acusações maldosas contra o administrador municipal que não cometeu erro.

O Sr. Marciano Baraniuk — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Acredito que seja oportuno este meu aparte, visto que V. Exa. acaba de explanar sobre as atividades do Tribunal de Contas, e dos inconvenientes. É uma idéia minha antiga, que acredito que não tinha de chegar a um esclarecimento por mim mesmo. Nesse momento, acompanhei a excelente exposição e o correto procedimento no julgamento das prestações de contas.

Uma determinada prestação de contas de um certo Município, ela é apreciada pelos técnicos do Tribunal de Contas, até merecer a aprovação ou não. Quando o parecer é contrário, tenho a impressão, essa mesma equipe de técnicos deveria ir ao Município e fazer um levantamento prévio das contas do ex-Prefeito que, muitas vezes, é julgado por seus adversários. O ex-Prefeito deveria ser comunicado, através de um aviso qualquer, que suas contas tiveram parecer contrário para que pudesse, com uma equipe de contadores responsáveis, fazer um levantamento para esclarecer as dúvidas que existem.

O SR. RAFAEL IATAURO — Responderia a V. Exa. da seguinte forma. O ideal seria que o Tribunal de Contas pudesse, realmente, ter uma equipe de funcionários para visitar todos os Municípios. Confesso que as leis não dizem que o Tribunal pode fazer isto, mas também não dizem o contrário.

O que temos feito, tenho a impressão vem de encontro ao desejo de V. Exa. se tiver a oportunidade de conversar com os Prefeitos da Região, com os Vereadores, vai ver que todos os pedidos de esclarecimento que são enviados ao Prefeito atual também vai telegrafado, ou por ofício ao ex-Prefeito dando todas as explicações para que tome as providências que achar necessárias com relação ao processo competente. O Tribunal de Contas dá oportunidade ao ex-Prefeito para que não somente venha ao Tribunal de Contas se defender, e tomar conhecimento, mas também possa pressionar, no bom sentido, o Prefeito a responder os quesitos.

Para todo este serviço em todo o Estado do Paraná temos apenas 317 funcionários. São Paulo, embora com o dobro dos Municípios, tem somente para setor de Municípios, se não me engano, mais de quinhentos funcionários. Nós temos apenas 317 funcionários, sendo que alguns deles à disposição de outros órgãos, ocupando postos importantes que muito nos honram. Além de atender os Municípios temos que atender a parte do Estado que é maior que a dos Municípios. Este aceleramento estamos procurando fazer, isto é, dando conhecimento aos ex-Prefeitos.

Com respeito ao assunto “in loco”, é ponto de vista pessoal, talvez o Tribunal de Contas tenha outro entendimento, acho que não é da competência do Tribunal. A lei não diz que o Tribunal possa, é interpretação minha. Talvez esta não seja a interpretação dos Srs. Deputados e nem do Tribunal, mas de qualquer forma é um subsídio muito importante e valioso que V. Exa. dá e que levarei para que conste dos Anais de nossa Casa e para que possa comunicar aos Srs. Conselheiros, Procuradores e à Diretoria competente para que se chegue mais perto daquilo que V. Exa. quer que é também o que nós procuramos — a perfeição da análise das contas municipais. Mas os ex-Prefeitos tem conhecimento, posso garantir a V. Excia., pelo menos lhes é dado conhecimento; se eles querem tomar ou não, aí já foge da nossa alçada.

O Sr. Marciano Baraniuk — Gostaria ainda mais uma vez de agradecer o esclarecimento, e ao mesmo tempo estou satisfeito em saber que os ex-Prefeitos são notificados ou avisados, através de um ofício. A minha pergunta, ou a solicitação do esclarecimento justamente vai evitar os choques diretos numa apreciação de contas talvez por erro técnico. Então a única maneira de evitar os choques diretos é enviar os técnicos, para apreciação, e, dar oportunidade, porque muitas vezes essa devolução, às vezes não há interesse em apurar os fatos, e quando for tomar conhecimento, já passou, inclusive, o prazo da apreciação.

O SR. RAFAEL IATAURO — Mas agora, V. Exa. permite, há uma Lei, que eu ia falar sobre ela, que V. Exa. com certeza participou da votação,



que eu classifico de Lei mais perfeita, de Municípios, que se fez neste País, que é a Lei Orgânica dos Municípios. Agora esse risco não vai correr mais porque, depois de notificar, depois de recebido pela Câmara Municipal a Câmara tem o prazo de 90 dias para se pronunciar; se não se pronunciar, evidente que vai prevalecer o Parecer do Tribunal de Contas. Porisso é que essa notificação é feita aos ex-Prefeitos, para que eles também tomem as suas providências, em suas defesas. Os Pareceres, infelizmente não os trouxe, nenhum, aqui, mas darei um deles, com prazer para V. Exa. e para os Deputados que assim desejarem. Eles são completos e elucidativos, explicam tudo aquilo que o Tribunal entende por irregularidade, especificam tudo, e inclusive deixam margem, chegam às vezes Pareceres dos Auditores — que são votados pelos Conselheiros — a dizerem que a Câmara Municipal pode relatar aquelas irregularidades porque não são dolosas, não são aquelas que infringem o Decreto Federal 201 que rege a matéria de responsabilidade pessoal dos administradores municipais. Então o Tribunal de Contas tem tomado este cuidado, porque nós somos lá, compostos de homens que passaram também por política, que foram nomeados porque fizeram política, que, se não, lá não estariam, eis que o Tribunal de Contas não é carreira, embora depois de togados, se me permitem a expressão, o Tribunal não deva através de seus membros, não pode e não deve mais exercer o julgamento político, mas sim, o julgamento de acordo com a Lei e de conformidade com a Lei porque a ele cabe cumprir a Lei. Já que ele não faz a Lei, ele se limita a cumprí-la. Mas nós temos lá, inclusive ex-Deputados, um deles o nosso ilustre Procurador Deputado Armando Queiroz, e o ex-Deputado e Presidente por várias vezes desta Casa, o Deputado Antônio Rüppel, homens que tem assim a vivência desses problemas e das dificuldades do Interior, e que procuram facilitar dentro daquilo que a Lei permite. Mas nós, auditores, Procuradores e Conselheiros procuramos facilitar dentro daquilo que é permissível na Lei, a prestação de contas dos Prefeitos, porque nós temos para nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Paraná, se conseguir aprovar através de seu Órgão competente todas as contas dos Srs. Prefeitos — o que eu não acho impossível, acho bem fácil porque hoje há uma consciência dos administradores em todos os campos da administração pública — o Paraná, estará dando um exemplo espetacular, ao Brasil, de probidade, de seriedade e de responsabilidade. E o objetivo do Tribunal de Contas é exatamente este, é se engajar nessa linha de novas filosofias que graças a Deus impera no Estado do Paraná, que, talvez não alcance unanimidade mas que há de alcançar uma unidade, o que é importante, porque unanimidade é difícil, mas a unidade é importante para que possamos, dentro desta união, não somente aprovar as contas dos Srs. Prefeitos, mas, engajados todos nessa Filosofia poder ter como muitas vezes já vi, saindo desta Assembléia, representantes, no Supremo, representantes no campo federal. Só citaria um dado para V. Exa., que me ocorre: O Estado da Paraíba que tem Tribunal de Contas há menos de 2 anos apenas e deu 6 Ministros do Tribunal de Contas da União, e 6 Presidentes do Tribunal de Contas da União. Então, este realmente é o nosso objetivo, vem ao encontro do desejo de V. Exa., e não é só facilitar os Prefeitos atuais como aqueles que deixaram seus mandatos.

Uma coisa que nós temos alertado aos Prefeitos atuais é que o Tribunal examina o exercício e não a gestão. Então é importante este ano, porque o exercício deste ano atinge duas gestões. De um Prefeito que ficou até 31 de janeiro, e o outro que começou a 1.º de fevereiro.

Então, o Tribunal de Contas não pode examinar gestões separadas, se as providências não forem tomadas pelo Prefeito que assumiu. Isto é uma decisão, se há irregularidade, ela tem que ser denunciada nos canais competentes. E se existem fatos que podem ser corrigidos, aconselhamos aos Prefeitos que corrijam estes fatos, porque se não vai repetir na próxima administração dele durante o exercício de 73.

Não sei se consegui responder. Perdoo-me V. Exa. se eu divaguei um pouco mas é que me ocorreram outros fatos.

O Sr. Marciano Baraniuk — Dou-me por satisfeito. Agradeço a V. Exa. o esclarecimento e acredito que cada vez melhor, o Tribunal de Contas fará com o seu trabalho através dos esclarecimentos que estão sendo feitos pelo interior do Estado. Esclarecendo e orientar às Câmaras Municipais e às Prefeituras para que tudo seja realizado a contento, dentro da mais perfeita ordem para que seja evitado um choque direto, muitas vezes entre os próprios companheiros. Perdoo-me mas eu percebi que talvez tivesse uma ligação do Município com o Tribunal de Contas, politicamente falando. Mas eu compreendi perfeitamente a sua explanação. Muito obrigado.

O SR. RAFAEL IATAURO — Fico muito honrado com a apreciação de V. Exa.

O Sr. Fabiano Braga Côrtes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria antes de dar um esclarecimento a V. Exa., dizer que somos imensamente gratos, recebendo V. Exa. em nossa Casa como bem externou o digno e ilustre Presidente, Deputado João Mansur, a satisfação foi imensa, por contarmos com a presença de V. Exa. neste Plenário, nos trazendo esclarecimentos que vem realmente de encontro aos anseios das Prefeituras paranaenses.

V. Exa. na sua explanação havia dito que, hoje, o Tribunal saiu da sua casa e o Tribunal não pode punir e sim orientar. Porque muitos Prefeitos por desconhecimento das Leis, como bem explanou V. Exa., cometem, não seria deslize, mas algumas normas contrariando o pensamento do Tribunal de Contas do nosso Estado. Hoje pelo que estamos notando estão um pouco superados, dada a dinâmica que V. Exa. vem implantando no Tribunal de Contas. Concursos, e com mais contatos junto aos Prefeitos. Mas ocorre, Sr. Presidente, conforme determinação das Prefeituras, tomei conhecimento de alguns problemas que dizem respeito às aprovações de suas contas pelo Tribunal de Contas do nosso Estado. Soubemos nós que existem obrigações da União, do Estado e dos Municípios, de direitos e obrigações. E ocorre, Sr. Presidente, que muitos Prefeitos costumam destinar determinadas verbas, como por exemplo para a Junta Eleitoral, onde os homens que vão para o interior, muitas vezes sem recursos, as Prefeituras o auxiliavam neste sentido, em muitos casos de Delegacias que seria objetivo do Estado, de fazer o pagamento. Como no caso de muitos Prefeitos que na sua ânsia de progresso, querendo levar para o seu Município uma Comarca, digo a implantação de uma Comarca com o objetivo de construir muitas vezes o Foro e em quase toda a sua totalidade, a casa para o Juiz e a casa para o Promotor. Muitos Prefeitos construíram estas casas, outros que não podiam construir, alugavam e pagavam os aluguéis para o Juiz e para o Promotor. Gostaria de perguntar a V. Exa. como estão estas mencionadas Prefeituras com relação às suas contas junto ao Tribunal de Contas.

O SR. RAFAEL IATAURO — Responderia a V. Exa. que sobre pagar Delegado e sobre pagar casa de Juiz, data vênha os ilustres componentes do

Poder Judiciário, isto é ilegal; porque a Lei 4320, em seu artigo 4.º, se não me falha a memória, diz que o Orçamento não poderá conter despesas estranhas ao Município. Isto o Tribunal evidentemente não pode aceitar. Agora, os pareceres tem que ser contrários, são contrários porque realmente são despesas feitas que contrariam a Lei; mas os pareceres são desaconselhando a aprovação mas explicando no seu bojo, às Prefeituras ou às Câmaras Municipais, que elas tem liberdade para relevar, porque afinal de contas era uma norma que se vinha adotando até aquela época.

Aliás, queria até dizer aos Srs. Deputados que estamos enviando para a apreciação do Tribunal Pleno uma norma de conduta para o exame de contas de 1972. Porque nós não abrimos nenhuma conta de 72 ainda. Mas não temos dúvidas que muitos dos erros que V. Exa. enumerou, também vão aparecer em 72. Não poderia fazer isto nas contas de 70 e nem nas de 71, porque algumas delas já haviam sido aprovadas. E era um problema de enfoque e de filosofia de administração. Seria, uma injustiça para algumas Prefeituras de 70 e 71 que tiveram seus pareceres contrários porque erros como este que contrariam a lei mas que eram comuns muitas vezes por desconhecimento, embora o desconhecimento da Lei não isente ninguém de culpa. Mas nós sabemos e os Senhores Deputados sabem melhor do que nós, das dificuldades que os Municípios tem. Não seria justo que se relevasse para uma, quando outras não foram relevadas.

Nós estamos com este contacto com o interior, exatamente tentando trazer subsídios para que o Tribunal estabeleça uma norma de conduta em relação às contas de 72. Porque as de 73 nós temos tranquilidade que estes erros não vão acontecer mais.

Mas, se de um lado trouxe problemas para o Prefeito, veja V. Exa. que para o Município trouxe um grande benefício, porque são obrigações do Estado e aqueles Deputados que foram Prefeitos, sabem o quanto devem ter sofrido.

Numa ocasião, numa das nossas audição, um Prefeito me dizia: — extão vou ter que fechar meu Posto de Saúde — permitam-me a informalidade da resposta. — Eu vou ter que fechar o meu Posto de Saúde, porque o Senhor diz que eu não posso. Eu não, o Tribunal, porque não posso pagar o médico que é do Estado.

Mas o Senhor não pode pagar; o Estado não pode pagar, não vai ter Posto de Saúde. Mas se o Senhor não pode pagar, pela Lei e o Estado não pode pagar porque não tem dinheiro; — mas o seu Município vizinho também não vai ter. Não vai ter comarca que exige a construção da Casa do Juiz. O Fórum já é outro problema, porque já é o próprio da Prefeitura que, no meu modo de ver, pode ser através de convênio. Os convênios são estabelecidos na própria Lei Orgânica e na própria Constituição. É evidente que o aluguel do Juiz, isto o Tribunal é pacífico, até que se estabeleçam leis que diga o contrário, é proibido.

E o Prefeito disse, mas isto vai repercutir politicamente mal para mim. Eu respondi a ele o seguinte: o Sr. paga médico? Paga. Paga enfermeiro? Paga. Paga medicamentos? Paga. Perfeitamente. Dispense o médico do Estado e crie um Posto Municipal ou então, faça um convênio com o Estado. Porque, existem funcionários prestando serviços em outros poderes, cedidos a outros poderes e percebendo pelo de origem.

Agora, existem os casos em que a própria Lei, o próprio Estatuto dos Funcionários Públicos permite o acúmulo de cargos, como é o caso de médicos professores; desde que não haja incompatibilidade, o Município dará uma gratificação.

O problema do Tribunal Regional Eleitoral é uma das preocupações nossas. Porque, dentro dessa filosofia da unificação do Estado — pois esta é a melhor forma de se conseguir tudo o que o Paraná precisa, tudo o que deseja — nós entendemos que uma representatividade se faz através do potencial eleitoral. Então, o Tribunal de Contas — e o ex-Deputado Armando Queiroz é testemunha — está estudando o problema do Tribunal Regional Eleitoral, porque os Prefeitos dizem que se não tiraram fotografias não saem títulos. E deve haver aí bom senso, e dentro disso que estamos fazendo nossa administração. Em poucos dias, acredito, resolveremos de forma satisfatória, e dentro da Lei, essa consulta que nos foi dirigida pelo ilustre Secretário do Interior e Justiça, Otávio Cezário Pereira, a respeito do assunto. E tenho certeza que encontraremos, dentro da lei e do bom senso, uma forma que permita aos Municípios o estabelecimento desse tipo de despesa, desde que não seja Juiz, creio que os demais casos são pacíficos.

E, quem sabe, até amanhã mesmo, o Tribunal decidirá esse problema que muito tem nos preocupado. Porque acreditamos que a potência, a força de um Estado reside em seu Colégio Eleitoral.

O sr. Gilberto Carvalho — Quero cumprimentá-lo, Conselheiro Rafael de seus orçamentos, e na apreciação de suas contas. E tenho certeza que os bons frutos dessa atitude se farão sentir em 73. Mas, como expôs o nobre Iatauro e dizer que acho elogiável essa medida tomada pelo Tribunal de Contas no sentido de orientar os Municípios na elaboração e encaminhamento Deputado Fabiano Braga Cortes, e creio que ocorre em quase todos os Municípios queria solicitar do nobre Presidente do Tribunal de Contas do Estado que estude uma possibilidade de sanar, pelo menos o exercício de 71-72, porque o que vai acontecer na realidade, é que todos os Municípios executaram seus orçamentos, em cujos orçamentos existia essa verba orçamentária para aplicações em cartórios eleitorais etc. Uma vez que houvesse uma maneira de justificar, respeitando esses orçamentos já aprovados, porque os Prefeitos quando convidados a comparecer ao Tribunal, não vejo como esses Prefeitos e principalmente os ex-Prefeitos, possam justificar, uma vez que já foi pago aos Delegados, e dada ajuda de custas aos cartórios eleitorais. Será uma maneira de sanar 71-72, se houvesse uma maneira.

O SR. RAFAEL IATAURO — 71, como já disse foram examinadas as prestações de contas e não seria justo, não seria uma medida acertada porque outras Prefeituras tiveram seus orçamentos dentro dessa linha. Agora, digo a V. Exa., com toda a sinceridade que me caracteriza, que essa preocupação tem sido nossa, de procurar dentro da lei, uma forma de poder relevar essa irregularidade. Agora as ponderações de V. Exa. que me parece talvez representem o desejo de todos nós, levarei aos demais Conselheiros daquela Casa, para se encontrar uma fórmula, talvez até através desta Assembléia, para as contas de 72. Como já disse a V. Exa. estou vindo que embora as irregularidades estejam sendo corrigidas, ainda estão se repetindo.

O Sr. Gilberto Carvalho — É de grande valia a orientação do Tribunal às câmaras Municipais porque às vezes é um erro técnico. Pude observar um Município que concorreu com chapa única com 9 Vereadores. E hoje a Câmara está dividida. Então quando é para aprovar é muito difícil.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Havia exatamente anotado uma pergunta que diz respeito às já formuladas pelos Deputados Fabiano Braga Cortes e Gilberto Carvalho. Mas há um outro assunto que está me preocupando.



A Lei referente ao orçamento, num de seus artigos, autoriza os srs. prefeitos Municipais a suplementarem dotações até o limite de 20 a 30%, estabelecidas pela Câmara. Tem havido ultimamente uma celeuma, porque consideram alguns Vereadores que o artigo autorizatório para as referidas autorizações deveria obedecer a Lei 4.320 e se essa suplementação pode ser feita por Decreto do Executivo, desde que conste também da dotação a ser usada para a suplementação de outra dotação exaurida. Isso tem sido objeto de muita discussão nas Câmaras Municipais e parece-me que o próprio Tribunal de Contas tem tido alguma dúvida ao examinar esse aspecto. A maioria das contas dos exercícios anteriores autoriza essas dotações dentro dos limites fixados, sem fazer essa alusão à lei 4.320. Parece-me que agora os srs. Prefeitos Municipais, alertados, estão procurando inserir ou mencionar o artigo e parágrafo da 4.320. O Deputado Gilberto Carvalho disse muitas vezes um erro técnico leva o Tribunal de Contas forçosamente a dar um parecer prévio contrário à aprovação, o que cria uma celeuma enorme, porquanto a derrubada desse parecer é voto contrário e exige quorum privilegiado.

Todos os Prefeitos, ou quase todos, estabelecem convenios e através desses convenios podem determinar os recursos para os setores de saúde, educação ou segurança. O outro problema maior é aquele que diz respeito à Justiça Eleitoral que não encontrou ainda uma modalidade para estabelecer seus convenios.

Esta a intervenção que tinha que fazer e não poderia deixar de cumprimentar V. Exa. pelo brilhantismo da exposição que fez e parabenizar-me com o Tribunal de Contas pela maneira como tem interiorizado seu trabalho, levando às mais longínquas comunidades paranaenses não só o esclarecimento, como também o diálogo necessário para que os Prefeitos possam se convencer de que o Tribunal de Contas não é o "bicho papão" mas é o órgão que existe exatamente para ajudá-los na administração de seus Municípios.

O SR. RAFAEL IATAURO — V. Exa., meu velho companheiro de lides políticas, me horra muito com seu aparte, assim como todos os srs. Deputados.

Exatamente este problema existe e é por isto que estamos fazendo esses Cursos e chamando os Contadores dos Prefeitos ao Tribunal de Contas. O curso, realmente, tem acontecido voltamos a cair na mesma tecla, é o descumprimento da aplicação da lei. As vezes o decreto de suplementação que é feito não indica o recurso. Isto contraria o disposto na Lei 4.320. Além do mais, existem outras controvérsias de interpretação por parte dos Contadores dos Municípios, mas isso não tem sido motivo para desaprovção das contas. Gostaria de afirmar isto a V. Exa. Com relação às contas de 69 o Tribunal de Contas não as desaprovou quando o saldo não conferiu por erro de cálculo cu técnica na forma como foi apresentada. O Tribunal de Contas não tem levado em consideração, principalmente as contas de 69, quando essas contas apresentam apenas esses erros.

São muito importantes todas estas informações e não poderia deixar de requerer, na forma regimental, que me cheguem às mãos as Notas Taquigráficas para que possa levar ao conhecimento de todos os Conselheiros as atenções, as preocupações, as solicitações e, principalmente, as contribuições que estou recebendo nesta Casa no dia de hoje, porque o objetivo é comum, é de todos nós no sentido de tentarmos, da melhor forma e dentro da lei, levarmos a orientação a todos os Prefeitos para que suas contas sejam aprovadas. Tenho certeza que chegaremos a isto.

Isto é sumamente importante salientar, é altamente positivo para todos nós que somos paranaenses de fato e de direito.

O sr. Igo Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ao final desta exposição desejo expressar os meus sinceros cumprimentos pela felicidade com que se houve V. Exa. trazendo subsídios e elementos de grande relevância e importância ao conhecimento de todos os parlamentares, de todos os Deputados estaduais que são aqueles que estão em contato direto com os Prefeitos e necessitam prestar informações e orientá-los no sentido de conseguir uma boa aplicação e consequentemente aprovação de suas contas.

Quero, nesta oportunidade, expressar a minha satisfação pela inovação criada por V. Exa., conjuntamente com todos os Conselheiros, Procuradores e Técnicos do Tribunal de Contas que tem permitido que aquela Casa tenha as portas abertas para o diálogo, dentro do possível, tudo tem sido facilitado no sentido de que os Prefeitos possam efetivamente conseguirem a aprovação de suas contas e aquelas que possuem defeitos técnicos etc, possam colocá-las em função da Lei e assim consequentemente, haja cada vez mais cada ano que se passa, um sentido de aperfeiçoamento cada vez maior. Eu quero salientar esse aspecto, porque tenho acompanhado alguns Prefeitos e observo que todos, desde V. Exa., todos os funcionários, todos os Conselheiros não tem medido esforços no sentido de que tudo seja feito, seja disposto dentro da Lei e que assim haja esse clima de progresso que tanto se faz necessário ao nosso Estado.

Queira portanto V. Exa. aceitar os meus cumprimentos pois os srs. Prefeitos de diversas áreas que eu represento tem saído deveras satisfeitos pela maneira cordial, com o diálogo cordial com que o Tribunal de Contas tem travado com eles quando eles aqui comparecem, e principalmente com os simpósios, esses estudos que tem sido proporcionados a todas as regiões do nosso Interior.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL IATAURO — A manifestação de V. Exa., ilustre Deputado Igo Losso é um incentivo a mais para que prossigamos nesse nosso trabalho do Tribunal de Contas, que realmente está trabalhando em regime de tempo integral — sem pagar o tempo integral; estou contrariando a lei exijo o tempo integral dos funcionários mas não recebem tempo integral — exatamente para facilitar os Prefeitos, das 8,00 às 8,00 da noite o Tribunal está aberto. Evidentemente que nem todos os funcionários vão trabalhar das 8,00 às 8,00, mas todas as Diretorias estão abertas, à disposição não só dos Prefeitos mas também, principalmente, dos srs. Deputados, porque como já disse no início nós temos que ter a humildade — que é uma grandeza — de não esconder que somos realmente um órgão auxiliar do Poder Legislativo, isto está inserido realmente no texto constitucional, queiram ou não queiram alguns Tribunais de Contas. Em alguns setores auxiliar do Poder Municipal.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria, por uma imposição de consciência, de dar o meu testemunho de homem de Oposição, quanto à atitude isenta que tem tido o Tribunal de Contas no atendimento dos srs. Deputados e dos srs. Prefeitos nos termos a que V. Exa. se referiu, com total isenção sem distinguir as origens políticas daqueles que batem as portas do Tribunal.

Temos, todos, recebido dessa egrégia Corte, tratamento e acima de tudo, uma orientação que bém evidencia o entendimento que tem o Tribunal de Contas do nosso Estado, da sua nobre e elevada missão.

Portanto, quero juntar as minhas palavras às daqueles outros Deputados que se congratularam com V. Exa. e com todos aqueles Conselheiros, Auditores, Procuradores e todos os funcionários que compõem o Tribunal de Contas do nosso Estado.

Gostaria apenas, a propósito de perguntas já formuladas a V. Exa., que tange aquele procedimento de um passado bem recente, dos Municípios no que diz respeito ao pagamento de moradia para Juiz e algumas despesas mais de funcionários do Estado. De fato, é salutar a providência tomada pelo Tribunal de Contas no sentido de impedir ou melhor dizendo, no sentido de que se cumpra a Lei que impede que as Prefeituras façam esses pagamentos.

Na verdade, ainda me dizia um Prefeito, dias atrás ao comparecer a uma das reuniões das Micro-Regiões, do Palácio do Governo quando ele perguntava qual a finalidade primeira da reunião: ele dizia que temia que fosse para que o Estado buscasse dinheiro junto às Prefeituras porque, de fato, esse procedimento tem sido quase que normal — tudo que o Estado quer fazer no Município, tem de receber, para o cumprimento das suas funções de Executivo Estadual o auxílio do Município: — Rádio Patrulha: o Município tem que dar gasolina, tem que pagar manutenção e conservação, e outras coisas mais mas o aspecto mais sério era justamente aquele do pagamento da moradia para o Juiz, porque eu tive a oportunidade de assistir, determinado Município que contribuía, pagava aluguel para o Juiz, e o que ocorria, o Juiz queria forçosamente ir para aquele Município e quando não conseguia, pressionava o Prefeito que tinha entendimentos diversos, ou às vezes não possuía recursos para que também o Prefeito pagasse o seu aluguel ou construísse uma casa para sua residência. Ora, nem sempre o Prefeito entendia que esta era a sua obrigação, às vezes não possuía recursos para tal procedimento e acabava ficando mal, e o Juiz querendo ocupar a titularidade da sua comarca. Portanto, eu junto o meu apelo ao apelo dos demais Deputados no sentido de que seja encontrada uma forma é evidente, para aprovar as contas daqueles que procediam assim no passado. Mas também junto o meu apelo, faço e renovo este apelo, para que não seja permitido a repetição destes fatos administrativos, o pagamento de aluguéis para Juiz e outros funcionários do Estado, ao contrário da orientação que o Tribunal de Contas dá, no sentido de coibir este pagamento seja mantido.

Porque ela sobretudo contraria a administração criando problemas mais sérios ainda, porque o Governo do Estado, dispõe de verbas próprias para auxiliar as Prefeituras como bem entender.

É evidente que um Prefeito pode gastar de um lado e receber auxílio do Governo do Estado, de verbas pessoais e de outro? Ora, isso é sempre possível às administrações municipais da Oposição. Eu acho que o critério legal que o Tribunal de Contas orientou às Prefeituras no sentido da aplicação, isso é válido, é isso, porque entendo que o Estado deve cumprir com a sua obrigação e deixar por conta dos Municípios aquelas obrigações que são as inerentes às administrações municipais, que são realmente muito grandes e muito elevadas.

O SR. RAFAEL IATAURO — Agradeço a manifestação de V. Exa., ilustre Deputado.

O sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Presidente e amigo, Conselheiro Rafael Iatauro. Desejo prestar em nome da Bancada do MDB, os nossos cumprimentos pela manifestação de V. Exa. neste tarde, da Tribuna da Assembléia Legislativa do Estado e expressar também a V. Exa. e aos seus companheiros do Tribunal de Contas do nosso Estado, as manifestações várias que temos a oportunidade de ouvir, de Prefeitos, componentes do nosso Partido todas elas elogiáveis à conduta que está sendo imprimida no Tribunal de Contas no sentido de ilustrar e oferecer subsídios para que os chefes dos Poderes Públicos Municipais, dos Executivos Municipais, realizem e ofereçam os documentos e atitudes necessários para a comprovação das suas contas. Portanto, deixo consignado não só as manifestações da nossa Bancada mas ao mesmo tempo as diversas manifestações de Prefeitos do MDB com relação às atividades que vêm tendo imprimidas pelo Tribunal de Contas. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. RAFAEL IATAURO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O tempo vai longe, não quero tomar mais o tempo dos Senhores, eu teria muito ainda que falar sobre o Tribunal de Contas, especialmente no campo de administração estadual. Mas fui solicitado e convidado para falar sobre os problemas das Prefeituras Municipais. Portanto direi apenas e rapidamente o seguinte, aos senhores. Que esta mesma atividade está sendo feita com o Governo do Estado, com os próprios Contadores do Estado. Porque há 26 anos que se repetem os mesmos erros, nas comprovações de auxílio de adiantamento de prestação de contas das próprias repartições do Estado. Então há outras Diretorias do Tribunal de Contas: de Contabilidade, de Fiscalização, de Orçamento. Tomada de Contas e outras Diretorias, que também no dia de ontem encerraram um curso onde tivemos mais de 140 contadores da administração do Estado do Paraná.

Porque o objetivo do Tribunal de Contas é também levar auxílio para evitar que esses erros que são pequenos mas que vem se repetindo, às vezes até por falta de uma melhor orientação, o Tribunal de Contas — nenhum de nós tem a velocidade de entender de todas as Leis, de entender de tudo, ser o dono da verdade; nem os nossos técnicos. Eles têm, graças a Deus, a velocidade do diálogo, da troca de experiência. A troca de dificuldades e ao ensinar, verificam que estão aprendendo mais do que ensinando e trazendo experiências para o nosso Tribunal de Contas.

Teria muito a falar no campo da administração mas vou ficar por aqui. Sr. Presidente se não tiver mais nenhuma pergunta a fazer. Quero congratular-me com o Paraná, já que estamos falando em Municípios e isto eu tenho repetido em todas as nossas reuniões: o Paraná, graças a Deus, tem em todos os Senhores Deputados, homens de bem, homens responsáveis que souberam elaborar uma Lei Orgânica que ainda no último congresso realizado em Belém do Pará, há cerca de duas semanas atrás, recebeu elogios de todos aqueles que tiveram ocasião de folhá-lo, colegas nossos, Conselheiros e Ministros de Tribunais de Contas, eu tenho recebido manifestações de todos os rincões deste Brasil.

Porque realmente esta Casa de Leis soube compilar naquele Documento a orientação necessária e eu tenho costumeado repetir que esta Lei Orgânica dos Municípios é uma verdadeira Bíblia para os administradores municipais. Se eles a tiverem a seu lado, dificilmente cometerão irregularidades; dificilmente cometerão qualquer deslize, dificilmente trabalharão contra a Lei. Isto graças a Deus, o Paraná de hoje, o Paraná unido, talvez não unânime, mas unificado procurando o caminho da sua definitiva emancipação. E me permitam dizer que nós também temos orgulho no Tribunal de Contas de ter



o recorde de 7 anos de nenhuma aposentadoria de membros do Corpo Deliberativo daquele órgão; quando no passado se dizia apenas que os Tribunais de Contas eram verdadeiros cabides de emprego de fins de carreira. O Paraná tem hoje a satisfação e o orgulho de dar graças a Deus outro grande exemplo ao Brasil, de ser o recordista, de não ter, durante 7 anos, nenhuma aposentadoria no seu Corpo Deliberativo. Ressaltando que desses 7, circo há mais de três anos, já poderiam estar aposentados, porque tem tempo para tanto. É uma grande satisfação que nós temos, que nos envia de mas que registramos com humildade, que vem se juntar às manifestações de V. Exas. as manifestações que já temos recebido do ilustre Presidente desta Casa Deputado João Mansur, em várias ocasiões. Do ilustre Governador do Estado, Emilio Hoffmann Gomes, também engajado nesta filosofia de união de trabalho e de seriedade, que graças a Deus nós estamos respirando no Estado do Paraná; do ilustre Senador Ney Braga do Senador Accioly Filho, Presidente da Arena, do Secretário do Interior e Justiça, Octávio Cesário Pereira, que disse em Londrina, que o Tribunal de Contas neste seu trabalho estava dando verdadeira aula de civismo. E principalmente para encerrar a satisfação que tivemos de ouvir publicamente do Tribunal de Contas da União, o Ministro João Agripino, um dos políticos mais eminentes e um dos administradores mais conhecidos deste País, ao celebrar convenio com o Tribunal de Contas do Paraná, que até hoje é um dos únicos que tem este convenio de cooperação mútua de troca de informações; o Paraná e o Rio Grande do Sul, ainda são os únicos.

S. Exa. dizia em Sessão Solene, publicamente, que podia firmar aquele convenio com o Tribunal de Contas do Paraná, como também estamos fazendo com o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e não o podia entretanto e pedia vênica para algumas críticas, sem citar nomes — nunca fazer com os demais Tribunais de Contas do País, porque nem sempre eles tinham a independência de se manifestarem de forma apolítica como tinham os Tribunais de Contas do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Agradeço a oportunidade, atendendo solicitação deste Plenário, através de Requerimento formulado pelo nobre Deputado Maurício Fruct. Líder do MDB de vir aqui dialogar com os srs. Deputados, trazer a eles todo o conhecimento da Corte de Contas, e dizer da nossa disposição, de, sempre que necessário for, virmos a esta Assembléia prestar esclarecimentos dos atos do Tribunal de Contas.

Há alguns meses atrás, quando os jornais noticiavam que tramitava na Assembléia Legislativa do Paraná, lei que visava a permissão da Assembléia pedir sempre que necessário, esclarecimentos ao Tribunal de Contas. Mas, entendemos que essa lei não seria necessária, porque a Assembléia tem essa competência. E o Tribunal de Contas estará sempre disposto a atender às solicitações da Assembléia Legislativa, como órgão auxiliar que é no exemplo das contas do Estado.

Fica aqui, nossos agradecimentos por termos tido a oportunidade de falar desta Tribuna, quando poucos têm esse privilégio.

Muito obrigado. — (Palmas).

O SR. PRESIDENTE — A Comissão Executiva da Assembléia quer, mais uma vez associando-se às manifestações dos srs. Deputados, congratular-se com o Presidente do Tribunal de Contas, pela brilhante exposição que fez sobre as atividades daquela alta Corte e de tudo aquilo que vem organizando em favor dos Municípios do Paraná. E dizer ao Conselheiro Presidente, Rafael Tatauro, que as portas desta Casa de Leis estarão sempre abertas ao Tribunal de Contas, para quando assim o desejar, aqui comparecer a fim de trazer novos e importantes esclarecimentos aos homens que têm o dever de, representando o povo paranaense, nas mais diversas regiões de nosso Estado, levar aos seus representados esses esclarecimentos tão necessários e tão importantes para a vida administrativa de nossos Municípios.

E aproveitando a oportunidade, desejo convidar S. Exa. e os demais membros que o acompanharam, para assistirem o final desta nossa Sessão Ordinária.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 128-73, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina — APAE. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 200-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Andirá — ASA, com sede e foro na Cidade do mesmo nome. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 105-73 de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo firmar através do D.E.R., Convenio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para construção de uma ponte sobre o Rio Anhumas. — Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 132-73 de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a "A.M.A.R." — ASSISTÊNCIA AO MENOR PARA AMPARO E RECUPERAÇÃO, com sede e fora nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 142-73 de autoria do Dep. Borsari Netto, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Uraí. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 233-69, de autoria do Dep. Paulo Camargo que autoriza o Poder Executivo doar, ao Município de Tijucas do Sul, o Material remanescente do Edifício onde funcionou o Grupo Escolar na sede municipal, atualmente em desuso. — Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favorável da C.F. — Rejeitado

Projeto de Lei n.º 233-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Tijucas do Sul, o material remanescente do edifício onde funcionou o Grupo Escolar, na sede municipal, atualmente em desuso.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de outubro de 1969.

(a) PAULO CAMARGO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Tijucas do Sul, ao qual se pretende doar o material do edifício do antigo Grupo Escolar construído na sede daquele mesmo município, em péssimo estado de conservação e ora em desuso, conta com poucos recursos financeiros e, dito material virá beneficiá-lo, sobretudo, visto que o mesmo ou o que dele puder ser aproveitado, servirá para ser construída uma Escola Municipal, o que muito representará à população estudantil da região.

Tendo em vista a oportunidade do projeto, submetemos o mesmo à apreciação de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê apoio.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 233-69

I) — Projeto que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Tijucas do Sul, o material remanescente do edifício onde funcionou o Grupo Escolar.

II) — Tendo em vista a decorrência do tempo, o presente Plano de Lei perdeu a oportunidade, sendo o nosso parecer pela rejeição.

Sala de Reuniões, em 11 de abril de 1973.

(aa) ilegível — Presidente

(aa) ilegível — Relator

teguem várias as. ilegíveis.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 233-69

PARECER

1. Tratam os autos de Projeto de Lei n.º 233-69, de autoria do nobre Deputado Paulo Camargo e que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Tijucas do Sul, Pr., o material remanescente do edifício onde funcionou o Grupo Escolar, na sede municipal e atualmente em desuso.

2. A douta Comissão de Constituição e Justiça, dizendo nos Autos, pronunciou-se pela rejeição do Projeto de Lei em análise, entendendo haver o mesmo perdido a oportunidade em virtude da decorrência do tempo entre a data de sua apresentação e a atual movimentação dos Autos.

3. Não obstante aquele R. entendimento, tendo-se em vista os superiores interesses do Município a ser beneficiado com a aprovação do Projeto de Lei testilhado, entende esta Comissão de Finanças que, necessariamente, não ocorre a falta de objeto, pois é bem provável que o edifício em desuso não tenha sido demolido e ainda ofereça condições de aproveitamento de seu material.

4. Isto posto, sugerimos sejam estes Autos convertidos em diligência, para o fim de expedir-se ofício à Secretaria de Viação e Obras, solicitando-lhe a realização de vistoria para informar quanto a permanência ou não do edifício cuja doação é prevista, após o que, esta Comissão de Finanças pronunciar-se-á ao mérito da matéria.

Sala das Comissões, 08 de maio de 1973

a) (Ass. ilegível) — Presidente

(Assinaturas ilegíveis)

SA/773/73

Curitiba, 03 de julho de 1973

Senhor Presidente:

Cumpra a esta Primeira Secretaria passar às mãos de Vossa Excelência, o processo protocolado nesta Casa sob o n.º 5970/73, o qual contém Informação do Senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, em resposta à diligência, deliberada por essa Comissão com relação ao Projeto de Lei n.º 233-69.

Louvo-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de alta estima e distinta consideração.

a) Jorge Sato — Primeiro Secretário

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA FILHO

Digníssimo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Neste Edifício

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Apreciando a matéria dos Autos em Parecer de 15.05.1973, esta Comissão de Finanças, preliminarmente, opinou pela conversão em diligência, a fim de que fosse verificado o estado de conservação de material remanescente do Grupo Escolar, em desuso, e cuja doação pretende o Projeto de Lei em análise.

2. Devidamente informado, voltam agora os Autos para esta Comissão de Finanças falar quanto ao mérito, o que far-se-á.

3. Depreende-se, da informação de fls., da Secretaria de Viação e Obras Públicas, que o material remanescente cuja doação é pretendida encontra-se em mau estado de conservação devido o abandono a que foi relegado e, por isso, torna-se inservível para aproveitamento em obras de construção civil. Não obstante, o próprio fato de o Estado, por seu setor competente, não ter interesse no aproveitamento das esquadrias já justifica sua doação à Prefeitura Municipal de Tijucas do Sul, que sempre encontrará ensejo de uso para as mesmas, pelo que, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, não vê como deixar de dar seu parecer favorável à matéria em análise.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 1973

aa) (Ass. ilegível) — Presidente

João C. Fadel — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço verificação de votação

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação da votação solicitada.

(É feita a verificação)

14 Srs. Deputados aprovam; nenhum rejeita. Não há quorum para votação, nem para prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 233-69;

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 105-73, 132-73, 148-73;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 243-69, 197-73.

Fica ainda marcada a Ordem do Dia para a Sessão Ordinária de sexta-feira, dia 26, às 10.00 horas que é a seguinte:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs.: 177-71, 218-72, 58-73, 126-73, 160-73, 166-73, 168-73, 182-73, 198-73, 199-73.

Levanta-se a Sessão.